

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE**
2 **FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIFESP – NOVEMBRO/2015**

3 Aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2015, na sala 420 da unidade provisória
4 da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São
5 Paulo, realizou-se a reunião ordinária da Congregação do Campus Guarulhos. Sob a
6 presidência do Prof. Daniel Arias Vazquez, diretor acadêmico, iniciou-se a reunião às
7 dez horas, após assinatura da lista de presença pelos membros (anexa). O primeiro
8 ponto da pauta: **Aprovação das Atas das reuniões da Congregação de 28/05/2015;**
9 **11/06/2015; 06/08/2015; 27/08/2015 e 03/09/2015** – Prof. Daniel esclarece que por
10 conta da greve dos técnicos administrativos houve acúmulo de trabalho na Secretaria
11 da Direção Acadêmica e por essa razão as atas das reuniões da Congregação ficaram
12 atrasadas. As cinco atas referidas foram aprovadas em bloco, com uma abstenção. Prof.
13 Daniel V. informa que o próximo ponto, **Composição da Câmara Técnica de**
14 **Licenciatura (art. 13, Regimento do campus)**, estava pendente das últimas reuniões.
15 Trata-se de Câmara Técnica que vai auxiliar nos trabalhos da Câmara de Graduação e
16 tratar especificamente dos assuntos relativos à formação de professores do campus.
17 Prof. Diego Ambrosini, vice-coordenador da Câmara de Graduação, está representando
18 o Prof. Tiago Tranjan; com a palavra, disse que a Licenciatura vem ganhando corpo na
19 EFLCH e que agora os cursos de Bacharelado e Licenciatura têm identidade própria; o
20 mais adequado é aproveitar o debate sobre o Projeto Político Pedagógico do campus,
21 momento propício para repensar a EFLCH, para também pensar a instalação da
22 Câmara de Licenciatura. Considera importante que a Câmara faça a gestão das
23 especificidades da Licenciatura, favorecendo com que os Departamentos conversem
24 entre si. A ideia é a Câmara se auto-organizar, com um período de diálogo aberto com
25 os professores que se identificam com as Licenciaturas. Essa Câmara deve ser auxiliar
26 nos trabalhos dos cursos de Licenciatura e não replicar os trabalhos da Câmara de
27 Graduação, por isso não seria bom que fosse outra Câmara composta pelas
28 coordenações de curso, a ideia é que essa nova Câmara atraia outros professores. Prof.
29 Marcos Cezar manifesta que, de maneira geral, as licenciaturas são desvalorizadas, o
30 que decorre das demandas que se faz das licenciaturas e das demandas técnicas, por
31 isso acha complicada a denominação “Câmara Técnica”, enfatizando que a licenciatura
32 é um dos pilares da EFLCH, não uma de suas instâncias técnicas, sendo preciso dar
33 mais urgência ao tema, diante da importância da formação de professores. Prof.^a
34 Marineide Gomes esclarece que todas as Câmaras na Unifesp são Câmaras Técnicas,
35 por definição regimental; a ideia do amadurecimento desse tema é válida, porém o
36 contexto hoje é outro. O caráter espontâneo do debate sobre a Licenciatura no campus
37 precisa ser mudado; a proposta precisa ser mais amarrada, mais dinâmica, com
38 definição de quem vai conduzir o processo e quais são os prazos. Prof. Daniel V.
39 informa que não se trata de novidade – a Câmara Técnica de Licenciatura consta do
40 Regimento Interno do campus, aprovado por essa Congregação e tempo para
41 amadurecer a ideia já tivemos. É uma Câmara Assessora, mas com atribuições
42 definidas. O que está sendo debatido hoje é tão somente a sua composição. Prof. Diego

43 concordou que tivemos tempo, mas pergunta se agora que vamos debater as questões
44 acadêmicas do campus é necessário fazê-lo a toque de caixa, apresentando a sugestão
45 da constituição de um Fórum das Licenciaturas, para amadurecer esse debate. Com
46 relação à Câmara de Licenciatura, Prof. Vinicius Spricigo perguntou qual é a memória
47 dessas discussões, pois parece que o assunto chega à Câmara de Graduação sempre
48 como novidade. Prof. Daniel V. reiterou que o debate hoje é só em torno da
49 composição da Câmara. Prof. Marcos Cezar informa que a origem da Câmara de
50 Licenciatura se deu no contexto das reuniões da CAT (Comissão Assessora
51 Transitória) que já existiu anteriormente no campus, com registros desse processo nas
52 atas da época. Prof.^a Ana Lúcia fez uma proposta de encaminhamento: deixar como
53 ponto da pauta para a reunião de dezembro e que seja apresentado um cronograma de
54 trabalho. Prof. Daniel lembrou que a EFLCH possui cinco das seis licenciaturas da
55 Universidade e a maioria dos professores do COMFOR (órgão assessor de formação de
56 professores da ProGrad) é da EFLCH. Colocou em votação as duas propostas
57 existentes: a) que se componha a Câmara Técnica de Licenciatura por meio do fórum
58 proposto pelo Prof. Diego; b) que se adie a definição sobre esse tema, novamente. O
59 adiamento desse debate foi aprovado com cinco votos contrários e três abstenções. A
60 apresentação, por parte da Câmara de Graduação, de um cronograma e plano de
61 trabalho para a instalação da Câmara de Licenciatura até dezembro foi aprovado por
62 unanimidade. Passou-se ao terceiro ponto da pauta: **Implantação da 3ª fase da**
63 **flexibilização da jornada de trabalho dos TAEs - 30 horas** para os setores de
64 Controladoria e Contratos, Almoxarifado e Patrimônio, Recursos Humanos e Serviços
65 Gerais. O servidor Adriano Araújo, presidente da Comissão das 30 horas, com a
66 palavra, informou que os processos estavam sendo submetidos com atraso devido à
67 greve dos técnicos administrativos e que houve setores no campus que resolveram não
68 aderir, o que é uma prerrogativa desse processo de implantação. Disse ainda que os
69 setores de Controladoria e Contratos, Almoxarifado e Patrimônio, Recursos Humanos e
70 Serviços Gerais atendem aos critérios das 30 horas, mas é preciso a Congregação
71 analisar e aprovar ou não esses pedidos. Prof.^a Liana, com a palavra, informa que logo
72 que assumiu a chefia do Departamento de Ciências Sociais, julgou que a avaliação da
73 implantação das 30 horas não era representativa do público atendido pelo setor,
74 considerando temerário entrar em uma 3ª fase, quando ainda há problemas com a
75 avaliação da 2ª fase. Prof.^a Ana Lúcia perguntou quais setores não quiseram aderir e
76 Adriano Araújo respondeu que foram a Divisão de Segurança do Trabalho e a
77 Secretaria de Pós Graduação. Prof.^a Ana Lúcia disse que recentemente houve uma
78 reunião do Departamento de Ciências Sociais, a secretária deles não compareceu e o
79 setor se recusou a deslocar outro servidor para ajudar com a ata, perguntando se
80 situações como essas não deveriam constar na avaliação. Adriano responde que, de
81 fato, houve problemas com a avaliação e, alertados, levaram isso para a Comissão, mas
82 a greve inviabilizou o seguimento do cronograma. Entretanto, no período da greve
83 discutiu-se sobre as 30 horas, com a solicitação de que o processo fosse acelerado. A
84 avaliação é mesmo muito importante e isso foi colocado no CONSU. Informa que os

85 setores estão funcionando e à disposição para serem avaliados e que esse instrumento
86 de avaliação foi aprovado no CONSU. Com relação ao ocorrido com a Secretaria de
87 Cursos, concorda que não é correto, mas se pergunta se o mesmo não teria acontecido
88 se as secretárias fizessem 40 horas. Sugere que se converse com o setor e sejam feitas
89 pactuações e que a Comissão pode ser notificada desse fato. Prof.^a Marineide Gomes,
90 com a palavra, considera importante que a Congregação avalie situações dessa natureza
91 e que a avaliação da implantação da jornada de 30 horas deveria estar condicionada a
92 um Plano de Trabalho do setor, conforme a Direção Acadêmica do campus tem
93 manifestado continuamente nas reuniões na reitoria e no Consu, sendo que a avaliação
94 incidiria sobre o cumprimento ou não das ações desse Plano e não a mera
95 transposição/redução de horas de trabalho, sem objetivos definidos. Considera que o
96 processo avaliativo deveria ser permanente e nortear a organização do trabalho.
97 Entende que a jornada de 30 horas inaugura uma nova cultura, de trabalho coletivo, que
98 é difícil, e necessita de coordenação. Prof.^a Rita F. manifesta que o instrumento de
99 avaliação das 30 horas semanais propunha que a própria secretária avaliasse seu
100 trabalho e não alguém que estivesse em relação com o setor, como as chefias de
101 Departamento. Na fase um, deu a impressão de que ela era a única a reclamar. Pergunta
102 se a implantação das 30 horas tem uma cronologia e porque os setores estão entrando
103 na jornada de 30 horas separadamente e sente-se contemplada com a manifestação da
104 Prof.^a Marineide. Os próprios servidores que pediam as 30 horas fizeram greve mesmo
105 tendo as 30 horas. Na Secretaria dos Cursos, a propaganda para a implantação da nova
106 jornada foi de que haveria sempre alguém à disposição e isso era uma vantagem com
107 relação às 40 horas semanais. Prof.^a Liana declara não ser possível avaliar o impacto
108 das 30 horas em um setor que fez greve, como a Secretaria de Cursos, pois se o serviço
109 não foi prestado como será então avaliado? O representante dos técnicos Denis dos
110 Santos manifesta que esse é um processo histórico nas universidades; a falha que
111 ocorreu pode ser pontual, mas se há avaliação é para corrigir as falhas – e um setor que
112 tenha problemas não pode inviabilizar os outros. Adriano afirma que o debate sobre a
113 avaliação da implantação da 2ª fase está girando em torno da Secretaria de Cursos,
114 ponto de tensão já previsto, acreditando que a falha seja realmente pontual. Prof.
115 Daniel V. informa que nunca houve a intenção de que o processo de implantação
116 ficasse paralisado e pediu àqueles que encontraram problemas e fizeram suas
117 considerações aqui, que enviem e-mail para a Direção Acadêmica, consolidando as
118 observações feitas para encaminharmos à ProPessoas e Reitoria. Lembrou que na 1ª
119 fase, com os setores ligados à Direção Acadêmica, foi feito um Plano de Trabalho e
120 que isso deve ser uma prática, independente da jornada de 30 horas. No caso das
121 secretárias dos cursos, as chefias de Departamento continuam ligadas às suas
122 secretárias, assinando o ponto como antes, por exemplo. Seguiu afirmando que a
123 recomendação é que se delibere sobre o assunto e que sejam encaminhados para a
124 Comissão de 30 Horas os problemas reportados nessa reunião. Prof.^a Ana Lúcia disse
125 que, desse modo, parece que a implantação não corre paralela à avaliação. Adriano
126 respondeu que o debate na Comissão de 30 horas visa fazer com que os setores que

127 ainda não foram avaliados o sejam, mas que o processo não possa ser atropelado por
128 conta disso. Prof.^a Marineide G. propôs que se faça a avaliação da 2ª fase e que a
129 aprovação seja condicionada aos fatores aqui manifestados. Disse, ainda, que uma
130 greve sempre envolve efeitos colaterais, concordando sobre o prejuízo de se avaliar
131 um serviço que não existiu. A representante discente Priscilla Lemos disse que não
132 entende porque a greve tem que atrapalhar a implantação das 30 horas para esses novos
133 setores e que os técnicos não podem ser punidos por lutarem por seus direitos, não
134 vendo necessidade de adiar a 3ª etapa, que pode caminhar junto com a 2ª. O
135 representante dos técnicos Denis dos Santos defendeu que a implantação da 3ª fase não
136 deve ser condicionada à avaliação da 2ª fase, o que representaria prejuízo para o
137 processo. Adriano esclareceu que há um cronograma de implantação unificado em
138 todos os *campi* e que a 2ª fase foi interrompida, tanto pela greve, quanto pelo
139 adiamento do primeiro semestre letivo. Reforça que os técnicos não podem ser punidos
140 pela greve, até porque foi o único meio para conseguirem mais vagas de técnicos
141 administrativos para o campus. Sendo assim, adiar a 3ª etapa não vai resolver a
142 avaliação da 2ª etapa, atrasando todo o processo e mantendo os setores que estão com
143 problemas por mais tempo nas 30 horas. Prof. Daniel V. informa que quem lidará com
144 esse efeito-cascata são a Reitoria, a Propessoas e a Comissão de 30 horas. Pediu que a
145 Congregação considerasse a proposta de conciliação da estudante Priscilla Lemos, no
146 sentido de fazer a avaliação da 2ª e da 3ª fases ao mesmo tempo. Prof. Diego observou
147 que se cada etapa tem seu cronograma, independente uma da outra, cada uma delas
148 deve acontecer em seu próprio tempo. Prof. Daniel V. colocou as propostas sugeridas
149 em votação: a) adiamento da implantação das 30 horas para os setores de Controladoria
150 e Contratos, Almoxarifado e Patrimônio, Recursos Humanos e Serviços Gerais,
151 condicionando-a à avaliação da 2ª fase – 8 votos favoráveis; b) manter a implantação
152 das 30 horas para esses setores – proposta vencedora com 16 votos favoráveis e 5
153 abstenções. Prof.^a Ana Lúcia perguntou como será a sequência da avaliação da fase 2 e
154 Adriano respondeu que a intenção é unificar as avaliações, unificando também o
155 cronograma. Prof. Daniel V. reiterou que os comentários deverão ser enviados por
156 escrito e a Direção Acadêmica vai encaminhar às instâncias cabíveis. Passou-se então
157 ao quarto ponto da pauta, **Cessão de faixa de terreno da unidade Pimentas (fundo**
158 **do terreno) para a construção de calçada de pedestre e rua de ligação entre a**
159 **Rua Noraldino dos Santos e Estrada do Caminho Velho.** Prof. Daniel V. explicou
160 tratar-se de um local vulnerável, situado no fundo do campus no Pimentas, atrás do
161 Prédio Arco e projetou fotos do local. A cessão é de uma faixa de 1,20m a 1,50m,
162 necessária para o alargamento de uma via que dará acesso a carros e construção de uma
163 passagem de pedestres, o que permitirá a iluminação pública no local, significando
164 benefícios para a população do entorno e a urbanização do lugar. A proposta é ceder
165 uma pequena parte do terreno, com um recuo de 1,20m, do projeto executivo da
166 Reforma do Arco. A Rua Noraldino dos Santos hoje termina no muro do campus. A
167 Direção Acadêmica conversou com os moradores do local e constatou que essa é uma
168 antiga reivindicação deles. Esclarece a razão de ser uma cessão, por ser patrimônio

169 federal. Prof.^a Liana expressou duas preocupações: a) se será contemplado em nosso
170 projeto um muro e se está previsto algum isolamento acústico, já que ali passam ônibus
171 cujo barulho pode atrapalhar as atividades nas salas dos professores; b) qual é o grau de
172 comprometimento da Prefeitura de Guarulhos em fazer essa calçada agora? Prof.
173 Daniel V. respondeu que existe um GT de melhorias urbanas em torno do campus se
174 reunindo e que essa obra consta no Acordo de Cooperação Técnica entre Unifesp e
175 Prefeitura Municipal de Guarulhos. Salienta que problema mais grave é o ruído dos
176 ônibus que passam na lateral, na Estrada do Caminho Velho, mas tudo isso será levado
177 em consideração. Prof. Alexandre Carrasco pediu para rever a foto e entender a
178 metragem e a posição do muro. Depois disso, a proposta foi colocada em votação e a
179 cessão do terreno foi aprovada com uma abstenção. Prof. Daniel afirmou que
180 avançaremos nesse tema ainda, tanto com a empresa que fará a reforma do Prédio Arco
181 quanto com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. O quinto ponto da pauta: **Plano de**
182 **Ação diante dos indicadores acadêmicos da graduação, apresentados na reunião**
183 **ordinária da Congregação de junho/2015.** Prof. Daniel V. informou que solicitou
184 Plano de Trabalho à Câmara de Graduação, com auxílio do Apoio Pedagógico (e do
185 NAE) diante das informações dos indicadores de ingresso, egressos, evasão e
186 integralização nos cursos de Graduação do campus. Prof. Diego informa que os dados
187 sobre evasão são insuficientes, não sendo possível saber porque os alunos estão saindo
188 e quem são eles – e que o problema não é isolado da Unifesp. Quanto ao trabalho para
189 atrair interessados ao campus, há a proposta de um dia aberto a alunos de escolas do
190 ensino médio de Guarulhos, com palestras e aulas abertas, pois infelizmente o campus
191 não é muito conhecido e é importante abri-lo para possíveis alunos do município e da
192 Zona Leste de São Paulo. Prof.^a Marineide G. observou que tudo o que o Prof. Diego
193 falou é importante, mas é preciso fazer um Plano de Trabalho com ações acadêmicas,
194 seja com esses dados ou com ausência deles, buscando-se produzir outros. Prof. Daniel
195 V. manifesta que a Câmara de Graduação não solicitou dados à Direção Acadêmica e
196 que estamos próximos a outro SISU e que já tivemos vagas públicas não ocupadas esse
197 ano. Considera que o diálogo com a Câmara de Graduação parece estar meio travado,
198 sendo que a Direção Acadêmica tem solicitado reuniões, mas nunca é possível. Prof.^a
199 Marineide G. disse ainda que as coisas não vão aparecer prontas, temos que produzi-
200 las. Informa que esteve na última reunião do Conselho de Graduação e não houve
201 posição nova ou manifestação do campus com relação à nota de corte das provas do
202 SISU, por exemplo, o que demonstra que o campus não está conseguindo acompanhar
203 o processo institucional que envolve os cursos de Graduação. Prof.^a Elaine Lourenço
204 informou que o NAE ficou de trazer dados sobre as evasões dos estudantes. Quanto aos
205 egressos, não há dados quantitativos e não parece que esse seja trabalho da Câmara de
206 Graduação. Mariana Puridade, coordenadora do NAE, disse que são coisas distintas –
207 os dados pedidos ao Núcleo são referentes à assistência e aos atendimentos do setor, os
208 demais estão na Secretaria de Graduação e na ProGrad e qualquer um pode ter acesso.
209 Lembrou que o NAE também teve servidores em greve e as atividades estão sendo
210 retomadas. Prof. Ivan Martin perguntou se a definição das notas de corte passa pela

211 aprovação da Congregação e Prof.^a Marineide G. respondeu que esse é um trabalho
212 feito pelas coordenações de curso e pelo CG. Prof. Ivan afirma que é um equívoco
213 pensar nas vagas públicas no lugar em que estamos se continuarmos a elitizar o
214 ingresso; considera crucial que essa decisão passe pela Congregação do campus. Prof.
215 Diego entende que a nota de corte é um dado de cada curso e não implica em
216 elitização, uma vez que é a mesma exigida pelo ENEM para que uma pessoa seja
217 certificada no ensino médio; crê que qualquer avaliação desse número nesse ano de
218 greve seria precipitada. O estudante Carlos Alberto da Silva, com a palavra, informou
219 que é representante no CG também e que a ProGrad não tem autonomia para modificar
220 as notas de corte definidas pelas coordenações de curso e por isso concorda com o Prof.
221 Ivan no que diz respeito à elitização do ingresso. A representante discente Priscilla
222 Lemos disse que o assunto foi objeto de seu estudo no TCC, com dados do campus
223 Guarulhos e que a sua dissertação de mestrado será feita com dados da instituição toda,
224 disponibilizados pela ProGrad. Há que se considerar que trata-se de um campus de
225 Humanas e que corremos o risco de deixar vagas ociosas na instituição pública por
226 termos estabelecido essas notas de corte. Prof. Ivan reiterou que acha importante não
227 tomar essa decisão sem discutir e que é ilusão pensar que aumentando a nota de corte
228 teremos melhores alunos, pois os melhores alunos são os vocacionados. Prof.
229 Alexandre Carrasco afirma que o Departamento é o local adequado para esse debate,
230 pois ali está o professor que ensina e considera que há um movimento na Unifesp de
231 desvalorização do professor que está em sala de aula e de privilegiar os burocratas.
232 Prof. Daniel V. afirma que o papel da Câmara de Graduação tem que ser revisitado,
233 pois ela precisa assumir um protagonismo maior na gestão acadêmica da universidade,
234 dizendo que praticamente não houve sugestão de pauta acadêmica da parte da Câmara
235 de Graduação, a não ser por parte da Direção; há que se atuar conjuntamente,
236 considerando a realidade do campus. Prof. Janes manifesta que é importante
237 aprofundar a reflexão do perfil de alunos que queremos na EFLCH e que ter o ensino
238 médio é óbvio, mas se queremos alunos com notas mais altas; precisamos definir se
239 isso é para a média geral, ou se queremos um aluno bom em determinada área. Prof.
240 Diego considera que o debate na Congregação é importante, mas há as especificidades
241 de cada Departamento. Prof. Daniel V. disse que para que tenhamos uma ação visando
242 o próximo vestibular a decisão precisa ser tomada hoje e que podemos fazer o evento
243 proposto pela Câmara de Graduação, mas quem vai operacionalizar isso são os cursos.
244 Prof. Janes sugeriu que a ação pode mostrar o campus do Pimentas, com base na
245 estrutura dos cursos e dos servidores. Prof. Daniel colocou as propostas manifestadas
246 em votação: a) realização de evento para os alunos do ensino médio esse ano: proposta
247 aprovada pela maioria, com 4 votos contrários e 4 abstenções; b) que a Câmara de
248 Graduação organize amplo debate sobre a nota de corte no vestibular e do perfil do
249 ingressante na EFLCH: também aprovado, com 2 votos contrários e 4 abstenções.
250 Prof.^a Ana Lúcia perguntou se isso não muda o fluxo da decisão pelo CG e Prof. Daniel
251 V. respondeu que não, pois o que faremos é fazer chegar à ProGrad informações que
252 norteiem futuras decisões. O sexto ponto da pauta foi deixado para ser debatido quando

253 os demais estivessem vencidos. Passou-se então ao sétimo ponto da pauta: **Abertura**
254 **de concurso público para Educação: Área de Educação Infantil; Subárea: Política**
255 **Pública e Gestão da Educação Infantil; Organização Trabalho Pedagógico na**
256 **Educação Infantil e Residência Pedagógica na Educação Infantil.** Prof. Marcos
257 Cezar informou tratar-se da reposição da vaga da Prof.^a Marineide Gomes, que se
258 aposentou. A abertura do concurso foi aprovada por unanimidade. O oitavo ponto da
259 pauta: **Homologação da eleição para a Chefia e Vice-chefia do Departamento de**
260 **Educação** – a eleição foi homologada, tendo sido eleitos o Prof. Marcos Cezar de
261 Freitas (chefe) e a Prof.^a Edna Martins (vice-chefe). A Prof.^a Marineide Gomes
262 deseja uma boa gestão aos dois. A pedido da representação discente foi incluído
263 o seguinte ponto na pauta: **Destinação do terreno do estacionamento de ônibus**
264 **para construção da Moradia Estudantil.** O estudante Carlos Alberto da Silva, que
265 solicitou o ponto de pauta, informou que o Conselho de Assuntos Estudantis (CAE)
266 aprovou no dia 28 de março de 2011, conforme consta na página da Unifesp/PRAE na
267 internet, a construção de moradias estudantis em todos os *campi*, porém até o presente
268 momento não houve sucesso na obtenção do terreno por desapropriação para
269 construção, ou pelo menos a elaboração de projeto arquitetônico de Moradia Estudantil
270 para Guarulhos. Na última greve os estudantes da EFLCH reivindicaram a
271 desapropriação do terreno do estacionamento de ônibus para construção da moradia
272 estudantil, que felizmente recentemente foi declarado de Utilidade Pública pela
273 Prefeitura de Guarulhos por meio do Decreto Municipal número 32888, segundo
274 Informativo da Unifesp Guarulhos de setembro/2015. De acordo com a Comissão de
275 Moradia da PRAE tendo a Declaração de Utilidade Pública e aprovação
276 da Congregação ou uma carta da Comissão de Moradia do campus é possível o
277 lançamento do Edital para elaboração do projeto arquitetônico da moradia da EFLCH.
278 Pediu que a Congregação manifeste interesse pela destinação do terreno citado de 18
279 mil m² para a construção das moradias estudantis. Prof. Alexandre Carrasco perguntou
280 se a Comissão de Moradia faz gestão direta com a Prefeitura Municipal de Guarulhos.
281 Carlos Alberto respondeu que os estudantes não têm acesso à Prefeitura. Prof. Daniel
282 V. informou que a Direção Acadêmica está tentando, junto à Prefeitura de Guarulhos, a
283 doação de um terreno de 4 mil m² para a Moradia Estudantil, um terreno institucional,
284 e que a Congregação aprovou a demanda dos estudantes de que a construção das
285 moradias estivesse atrelada ao PDI e que tais ações sobre Moradia Estudantil no
286 campus consideram as definições da PRAE e da Comissão Local de Moradia, locais em
287 que os representantes dos estudantes têm assento. Seguiu dizendo que a Unifesp perdeu
288 a chance de adquirir terrenos no entorno do campus a preços baixos, principalmente
289 por não ter havido, no passado, planejamento do seu crescimento. Finalmente, acha
290 temerário aprovar essa manifestação de interesse agora, pois temos poucos elementos
291 para decidir, sendo mais prudente aguardar. Prof.^a Liana opinou que é preciso definir
292 prioridades para a expansão do campus. Prof. Daniel V. afirma que o compromisso é o
293 do PDI e que o terreno de 4 mil m² trata-se de contrapartida social, do “Programa
294 Minha Casa, Minha Vida”. Disse ainda que 4 mil m² não é pouco e que com construção

295 verticalizada conseguiríamos o que está previsto no PDI, ou seja, por volta de 80
296 apartamentos com quatro vagas, ou seja, 320 acomodações, sendo justamente o número
297 de auxílios-moradia que o campus tem hoje. O representante discente Carlos Alberto
298 afirmou que deseja que seja feita a votação. Prof. Daniel V. disse que a Congregação
299 não tem condições de definir sobre esse tema hoje, pois é preciso aguardar outras
300 definições. A representante discente Priscilla Lemos sugeriu que o assunto retorne para
301 a Comissão Local de Moradia, o que foi acatado pela Congregação. Voltando ao sexto
302 ponto da pauta, **Ratificação da alocação dos espaços de pesquisa e de projetos**
303 **departamentais e da alocação das salas de professores** nas instalações no Pimentas,
304 Prof. Daniel V. apresentou as plantas que operacionalizaram a decisão anterior da
305 Congregação. A alocação foi ratificada com uma abstenção, sendo concluída a
306 definição dos espaços na unidade no Pimentas. Prof. Daniel V. convidou a Prof.^a Elaine
307 Lourenço, coordenadora do curso de História, para apresentar as **alterações no Projeto**
308 **Político Pedagógico do curso de História**, ponto incluído na pauta, a pedido. Prof.^a
309 Elaine informa que haverá separação da ABI – Área Básica de Ingresso – com 50
310 vagas para o Bacharelado e 10 para Licenciatura, nos dois primeiros anos, ao final do
311 4º semestre, sendo que a grade curricular se mantém; das seis ou sete eletivas do curso,
312 que duas ou três possam ser cursadas em outro Departamento; foi retirada a carga
313 horária das disciplinas Monografia I e Monografia II, sendo substituída pela UC de
314 Defesa de Monografia. Prof. Daniel V. disse que é importante considerar as
315 observações feitas pela ProGrad, sendo necessário nova apresentação do PPC com mais
316 tempo, nas próximas reuniões da Congregação, para adensar a discussão acadêmica. As
317 alterações foram aprovadas com uma abstenção. Foram então dados os **Informes**: 1)
318 Relatos de representações no Conselho Curador da FAP e no Núcleo de Inovação
319 Tecnológica (NIT) Unifesp – os informes foram enviados aos Conselheiros (em
320 anexo); 2) Obra no Pimentas: há previsão de entrega para 01 de dezembro deste ano. O
321 mês de novembro é decisivo para a definição do cronograma da reforma do Prédio
322 Arco. Prof. Daniel V. deu destaque ao trabalho do Arquiteto Pedro Rossetto na
323 organização das demandas por espaço físico, com grande dedicação e responsabilidade;
324 3) Comissões Assessoras da Congregação: estão faltando indicações e a Direção
325 Acadêmica vai divulgar as composições de acordo com o que recebeu. A
326 recomendação é que se nomeie um coordenador *pro-tempore* para as comissões sem
327 coordenação para que seja feita a primeira reunião e então definir a coordenação
328 permanente; 4) Manifestação escrita da Câmara de Graduação lida na última reunião: a
329 ProGrad e a Direção deram respostas, que serão transmitidas à lista de e-mails da
330 Congregação; 5) Novas vagas para o campus: resposta da Reitoria à greve dos técnicos
331 administrativos – Prof. Daniel V. informou que o campus recebeu alguns códigos de
332 vagas e o concurso será realizado em 2016. 6) Convite para participação em Audiência
333 Pública na Câmara Municipal de Guarulhos em 10 de novembro: a Reitoria e a Direção
334 Acadêmica estarão presentes no evento e solicitarão maior envolvimento da Câmara
335 Municipal com o campus Guarulhos, sobretudo quanto à aprovação da doação do
336 terreno institucional para a Moradia Estudantil. Findos os informes, Prof.^a Rita F.

337 perguntou se dando certo a licitação da reforma do Prédio Arco até dezembro deste ano
338 e se com o término da obra do prédio novo em fevereiro/2016 há condições de
339 iniciarmos o primeiro semestre em março de 2016 ou se haverá alteração no calendário
340 acadêmico. Prof. Daniel V. respondeu que a Direção e a Reitoria estão atuando nessa
341 direção e que vai reunir o GT de retorno aos Pimentas, para o qual somente dois
342 Departamentos indicaram representantes, para dinamizar as ações. Os alunos não
343 fizeram indicações, somente os técnicos preencheram as vagas. Afirmou que há
344 recursos financeiros do MEC e que a obra da reforma do Prédio Arco está garantida. A
345 intenção é de iniciar o ano letivo sem atrasos, mas se houver essa necessidade, a
346 Congregação será informada. Prof.^a Marineide G. disse que é importante estimular a
347 comunidade acadêmica a visitar a obra no Pimentas, pelas visitas guiadas que estão
348 ocorrendo, pois olhar de perto o que tem sido feito na obra anima os servidores e
349 estudantes que visitaram as novas instalações, pela qualidade dos materiais usados e as
350 condições de trabalho, estudos e convivência que o campus terá, inigualável ao que
351 vivemos até aqui. Prof.^a Ana Lúcia perguntou também se no prédio haverá livraria e
352 cafeteria. Prof. Daniel informou que há a previsão de licitação para a livraria, mas não
353 é possível garantir que tudo esteja pronto em março; quanto à cantina, teremos uma no
354 prédio novo e será operada pela mesma empresa do RU, por força contratual. Informou
355 ainda sobre a primeira fase do Colóquio de Humanidades, realizada em 03 de
356 novembro, que foi muito positiva – e pediu que a participação seja estimulada na
357 segunda fase, em 25 de novembro próximo. Finalizou a reunião informando que, se
358 tudo acontecer dentro do previsto, a próxima reunião da Congregação, em dezembro,
359 será no campus no Pimentas, precedida de visita guiada à obra. A reunião foi encerrada
360 e eu, Alessandra Fernandes, secretária da Congregação, lavrei a presente ata.